

“Cada um, ainda que seja inferior, se julga por maior”: disputas de poder e autoridade entre o Conde da Torre e o Conde de Óbidos (1638-1640)

Introdução

“Tendo consideração ao estado em que se acham as coisas do Brasil com as contínuas guerras que ali há de anos a esta parte, apoderando-se o inimigo de muitas praças e postos de importância [...] [mando] tratar de sua restauração”.¹ Com essas palavras, o rei Filipe III de Portugal (Filipe IV de Castela)² iniciou suas instruções para o comandante da Armada que saiu de Lisboa, em 1638, em direção a Pernambuco, a fim de resgatar aquele território do jugo neerlandês a que estava submetido desde 1630. A invasão da região Nordeste, grande provedora do produto de sustento do Estado do Brasil e de parte das rendas do reino de Portugal – o açúcar –, implicava muitos riscos. Não se tratava de um mero ato de pilhagem, mas de uma conquista e ocupação efetivas que

1 João Paulo Salvado; Susana Munch Miranda (ed.). *Cartas do I Conde da Torre (CCT)*. Lisboa: CNCDP, 2001, v. 2, p. 13-19. Documento original de 21 julho de 1638.

2 Será utilizada nesse texto a nomenclatura portuguesa para os Filipes.

ameaçavam o comércio atlântico e em última instância se apresentava como um desafio à reputação ibérica.³ A recuperação desse território era tão importante que, segundo Evaldo Cabral de Mello, seria possível afirmar que “a fronteira inicial do Brasil não foi o Prata ou a Amazônia, mas o Nordeste [e] [...] a consolidação do Brasil holandês teria espatifado a América portuguesa”.⁴ Eram anos difíceis para o reino de Portugal e seu império, inseridos – após uma crise dinástica em 1580 – no domínio espanhol.

A expansão neerlandesa acarretava a perda de territórios em diferentes espaços, incluindo a Europa. Tais conflitos estavam inseridos na Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648) pela independência e pelo nascimento da república das Províncias Unidas contra a monarquia hispânica. Atrelado a isso, violações graduais da autonomia portuguesa por parte de Espanha tiveram início ainda no tempo de Filipe I, tornando-se mais explícitas na política do conde Duque de Olivares a partir do reinado de Filipe II, entre 1598 e 1621, período que correspondeu ao início da chamada “decadência espanhola”.⁵ A partir de 1621, a ascensão de Filipe III prenunciou a *debâcle*, iniciando com a redução do Conselho de Portugal a duas juntas – uma localizada em Madri e outra em Lisboa – e a aplicação da chamada renda fixa em Portugal, que consistia no pagamento anual de 1 milhão de cruzados. Tal renda sugeriu a ideia de que Portugal tinha perdido o *status* de “reino por si só”, sendo relegado ao de província.⁶ Em consequência disso, observou-se o descontentamento crescente dos mercadores envolvidos no comércio colonial, dissidência crescente de parte da nobreza e rebeliões antifiscais, a começar pelas “alterações de Évora” em 1637.⁷ A este evento, secundaram outros de insubordinação contra o pagamento de impostos aos Áustrias em diferentes regiões, a exemplo do reino do Algarve nas vilas de Tavira, Albufeira, Loulé e Faro, onde se observou uma violenta repressão ao movimento, com castigos que iam desde desterro até a pena de morte.⁸

No Oriente, ocorreram perdas sucessivas das praças – ex-portuguesas – para os mesmos neerlandeses, ancorados na Companhia Unida das Índias Orientais (VOC), que, especialmente a partir de 1603 e até o fim União Ibérica, empreendeu uma atuação

3 Guida Marques. “As ressonâncias da Restauração da Bahia (1625) e a inserção da América Portuguesa na União Ibérica”. In: Santiago Martínez Hernández (dir.), *Governo, política e representações do poder no Portugal Habsburgo e nos territórios ultramarinos (1581-1640)*. Lisboa: CHAM, 2011, p. 121-122.

4 Evaldo Cabral de Mello, *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p. 14.

5 Trevor R. Davies, *La decadencia española, 1621-1700*. Barcelona: Labor, 1969.

6 Fernando Bouza Álvarez, *Portugal no Tempo dos Filipes: Política, Cultura e Representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000, p. 204.

7 Antônio de Oliveira, *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1991.

8 Alberto Iria, “O Algarve na Restauração”. In: Congresso do Mundo Português, 1940, Lisboa, *Memórias do congresso do mundo português*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940, v. 7, t. II, p. 170-174.

ofensiva caracterizada não apenas por uma constante ação naval de corso, mas também evoluiu para uma verdadeira guerra de conquista, sistemática e continuada na segunda metade da década de 1630.⁹ No tradicional império hispano-americano, o avanço da pirataria inglesa, francesa e neerlandesa resultou na redução progressiva da entrada de metais preciosos hispano-americanos em Sevilha.¹⁰

No que diz respeito ao Estado do Brasil, a tomada de Salvador em 1624 demonstrou que cada vez mais a guerra hispano-holandesa haveria de impor-se “[...] como um obstáculo incontornável entre castelhanos e portugueses”.¹¹ A invasão acarretou a consequente necessidade de fornecer tropas militares regulares para a defesa da capital do Estado do Brasil e figurou entre os principais motivos que levaram a dinastia dos Habsburgos a modificar o seu olhar e a sua ação sobre a porção lusitana de seu império atlântico. Segundo o memorialista lisboeta Pero Ruiz Soares, a notícia da queda de Salvador foi “muito sentida neste reino e em Castela”.¹²

Em resposta ao desenfreado avanço neerlandês, as monarquias ibéricas promoveram a organização de duas grandes armadas de resgate ao Estado do Brasil, reunindo contingentes antes impensáveis no cruzamento do Atlântico. A primeira delas foi a vitoriosa Jornada dos Vassallos, ocorrida em 1625, para libertar a cidade da Bahia, capital do Estado do Brasil, invadida no ano anterior. A dita esquadra foi a maior expedição de resgate que jamais havia atravessado o equinócio e reuniu efetivos de Portugal, Castela e Nápoles, em um total de 12.463 homens, 1.185 peças de artilharia e 56 vasos de guerra para restaurar a Bahia invadida pelos holandeses. Essa poderosa armada simbolizou

[...] uma última representação dos velhos laços entre a nobreza e a coroa, um palco onde os papéis de um Estado unificado, de uma burguesia mercantil de ortodoxia suspeita e de uma cada vez mais desencantada nobreza eram postos fora de cena.¹³

9 Sobre o assunto, ver André Murteira, “O Estado da Índia e as companhias das Índias orientais neerlandesa e inglesa no Índico ocidental, 1600-1635”. In: Santiago Martínez Hernández (dir.), *Governo, política e representações no poder*, p. 177-182. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700: Uma história política e econômica*. Lisboa: DIFEL, 1993.

10 Ana Hutz, *Homens de Nação e de Negócio: redes comerciais no Mundo Ibérico (1580-1640)*. 2014. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

11 Rafael Valladares, *A independência de Portugal: guerra e restauração*. Lisboa: Esfera, 2006, p. 34.

12 Pero Ruiz Soares, *Memorial de Pero Roiz Soares (Leitura e revisão de Manuel Lopes de Almeida)*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1953, p. 465 apud Marques, “As ressonâncias da Restauração da Bahia”, p. 121.

13 Stuart Schwartz, “A jornada dos vassallos: poder real, deveres nobres e capital mercantil antes da Restauração, 1624-1640”. In: Stuart Schwartz, *Da América Portuguesa ao Brasil: estudos históricos*. Lisboa: Difel, 2003, p. 146.

A reconquista de Salvador foi festejada como um triunfo conjunto da monarquia católica, sendo celebrada em peças teatrais e quadros, além de um número expressivo de textos manuscritos e impressos, o que contrasta com o silêncio editorial que lhe acompanhou até aquela data. A Bahia passara agora a ser descrita através de superlativos e de modo muito mais completo na correspondência castelhana: “metrópoli de toda la provincia”, “cabeça de todo o Estado do Brasil”, “la parte mejor, mas útil y de mayor importancia de todas”.¹⁴

A segunda expedição foi a fracassada esquadra do conde da Torre, iniciada no ano de 1638 com o objetivo de resgatar Pernambuco, invadido em 1630. Embora a associação entre as armadas seja recorrente, afinal tratava-se de resgatar o Nordeste da invasão neerlandesa durante a Era dos Filipes, muito tinha mudado nesses anos, inclusive no interior das fronteiras das monarquias ibéricas. Como afirma Rafael Valladares, “[...] La empresa de 1638 no podía compararse con aquélla (de 1625)”.¹⁵ Este capítulo tem como objetivo discutir algumas das razões que conduziram ao malogro dessa jornada. Trata-se de um estudo que se dedica a desvendar as estratégias políticas empreendidas pelo comandante daquela armada e demais oficiais maiores que o acompanharam, atentando também para características individuais desses sujeitos e para o impacto que esse episódio produziu em suas trajetórias.

A organização da armada

A proposta de organização de uma expedição de restauração da porção norte do Brasil dominada pelos holandeses não observou a mesma prontidão que a invasão de Salvador tinha promovido anos antes. Na verdade, a celeridade da organização da frota de 1625 constituiu uma exceção, visto que, na Idade Moderna, dilação e lentidão eram as marcas características de quase todos os conflitos, a exemplo da guerra empreendida entre neerlandeses e castelhanos. Desde o ano de 1631 (um ano após a invasão de Pernambuco), observaram-se esforços para a organização de uma expedição de resgate, no entanto problemas financeiros, institucionais e da política interna e internacional funcionaram como obstáculos para que uma grande armada se organizasse com rapidez. A guerra de Espanha contra França bem como a aliança entre França e Países Baixos foram fatores centrais que atrasaram a organização de uma armada de resgate. Tudo leva a crer que a modalidade adotada nessa guerra foi um esforço bélico dividido em doses, em virtude da existência de mais de uma frente de guerra ao mesmo tempo. O envio de duas

14 Marques, “As ressonâncias da Restauração da Bahia”, p. 121-146.

15 Rafael Valladares, “Las dos guerras de Pernambuco. La armada del Conde da Torre y la crisis del Portugal hispánico (1638-1641)”. In: José Manuel Santos Perez; George F. Cabral de Souza (ed.), *El Desafío Holandés al Dominio Ibérico em Brasil en el Siglo XVII*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006, p. 50.

armadas no período de um ano (entre o outono de 1638 e o de 1639), uma para Pernambuco e outra para o Canal da Mancha, é bem representativo desse esforço dividido.¹⁶

A primeira missão foi escolher um comandante à altura para liderar aquela expedição. O primeiro nome cotado foi o de D. Fradique de Toledo que liderou anos antes a Jornada dos Vassalos. A escolha do mesmo comandante naturalmente pretendia promover uma associação imediata com o sucesso da expedição precedente. Contudo, Toledo não lideraria aquela armada, pois, apesar de ter aceitado o posto em dezembro de 1631, se recusaria a exercê-lo anos mais tarde, em 1634. As razões que o levaram a desobedecer a uma nomeação régia possivelmente se relacionavam com as dificuldades encontradas em sua atuação como capitão general de Portugal entre os anos de 1632 e 1634, em Lisboa. Essa recusa terminou por significar a sua desgraça, conduzindo-o ao cárcere, onde veio a falecer antes do julgamento, destituído de seus títulos e rendas.¹⁷

No ano de 1635, dois nomes foram cotados para o posto pelo Conselho de Portugal: João Pereira Corte Real e D. Vasco de Mascarenhas – conde de Óbidos. O novo eleito, contudo, foi Jeronimo Gomez de Sandoval – general espanhol da Guarda da Carreira das Índias e cavaleiro da Ordem Militar de Santiago – que multiplicou esforços para não assumir o posto que lhe foi dado, até conseguir ser afastado por questões de saúde.¹⁸ Já em 1636, outros nomes foram evocados: D. Fernando de Toledo – marquês de Gouveia – e D. Miguel de Noronha – conde de Linhares –, que foi vice-rei do Estado da Índia de 1628 até o ano de 1636. Em fevereiro de 1637, uma terceira escolha recaiu sobre este último, o conde de Linhares. É válido notar que os dois primeiros nomeados para o posto, D. Fradique de Toledo e D. Jeronimo Gomez de Sandoval, eram espanhóis, diferindo do terceiro nomeado, que era português. A escolha de Linhares pode estar relacionada à percepção do inconformismo da nobreza portuguesa com a política do conde Duque de Olivares que naquele mesmo ano rendeu tantos conflitos. Linhares foi nomeado comandante da armada, ganhando o título de vice-rei do Estado do Brasil (seria o primeiro), recebendo ainda a promessa de outras mercês. Não chegaria, porém, a assumir o posto, pois, encontrando-se em Madri, desobedeceu às ordens de retornar a Portugal e permaneceu na capital espanhola, só voltando às terras lusas durante a

16 Valladares, “Las dos guerras de Pernambuco: la armada del Conde da Torre y la crisis del Portugal hispánico (1638-1641)”, 2006, p. 37-39.

17 Em sua tese de doutorado, Guida Marques faz um estudo minucioso sobre os nomes cotados para comandar a armada de resgate de Pernambuco, bem como a respeito da atuação do conde da Torre na liderança desta. Guida Marques, *L'invention du Brésil entre deux monarchies: Gouvernement et pratiques politiques de l'Amérique portugaise dans l'union ibérique (1580-1640)*. 2009. Tese (Doutorado em História) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2009, p. 411-466.

18 Archivo General de Simancas, Secretarías Provinciales, Lib. 1478, f. 60v: Consulta del Consejo de Portugal, 03.07.1635. Citado por Guida Marques, *L'invention du Brésil*, p. 416.

revolta de Évora, em uma missão de apaziguamento que resultou em fracasso. Assim como D. Fradique de Toledo, foi preso em Madri acusado de desobediência.¹⁹

É curioso notar que, em fevereiro de 1637 – mês em que se deu a nomeação oficial de Linhares para o comando da armada –, foi feita uma consulta sobre a possibilidade de outro oficial, D. Fernando Mascarenhas – conde da Torre –, aceitar o posto. A sondagem feita em torno de D. Fernando Mascarenhas, antes mesmo da desistência oficial do conde de Linhares, sugere que a situação de conflitos e de instabilidade no reino de Portugal terminou por levantar suspeitas sobre a lealdade de nobres ao reino de Castela e interferiu na escolha do comandante da armada.²⁰ Confirmada a terceira recusa, o posto foi finalmente dado a D. Fernando de Mascarenhas, conde da Torre. O novo eleito, assim como o conde de Linhares, pertencia ao grupo de nobres de primeira grandeza de Portugal. Membro da importante família Mascarenhas, era primo de Francisco Mascarenhas (do Conselho de Portugal) e sobrinho protegido do Duque de Villahermosa (que foi presidente do Conselho de Portugal até o ano de 1633) com quem trocou vasta correspondência ao longo de sua liderança naquela armada e governo. Torre tentou valer-se, sem sucesso, de suas redes familiares para ganhar o título de vice-rei como se pretendia dar ao seu predecessor, o conde de Linhares. Justificava seu pedido ressaltando a distinção necessária que sua posse traria, uma vez que “[...] cada um, ainda que seja inferior, se julga por mayor”.²¹ Sobre esse questionamento, entretanto, só recebeu negativas. As respostas foram claras: não lhe seria dado nenhum título que não o de “governador e capitão de terra e mar do Estado do Brasil”.²²

Uma vez feita a escolha, é importante mencionar o volumoso conjunto de cartas recebidas e enviadas pelo governador e general de terra e mar do Estado do Brasil, antes do embarque. Desta chamou atenção uma carta, que discorria sobre a falta de notícias, escrita pelo conde da Torre para o conde Duque de Olivares, datada de maio de 1638. O autor dizia ignorar para onde e quando haveria de sair a esquadra para ver do que necessitava, quando deveria ser ele o primeiro a saber de tudo. Segue falando sobre uma visita de inspeção realizada entre 24 de abril e aquele dia, 10 de maio, a fim de verificar o estado dos navios, seu porte e qualidade e pede que esta carta seja lida, pois relata seu estado miserável e “la poca esperanza que se puede tener de buen successo

19 Biblioteca Nacional de España, mss. 18719/37. Puntos de los cargos que se hicieron por el fiscal D. Xtoval de Moscoso de Indias Al Conde de Linares sobre la jornada del Brasil. Citado por Marques, “L’union ibérique”, p. 419.

20 CCT, v. 1, p. 51-54, 07/02/1637.

21 CCT, v. 1, p. 84-87, s/d.

22 CCT, v. 1, p. 50-51, 15/05/1638.

con semeyante aviso”.²³ A isso, respondeu Olivares que não se tratava de dificuldades incontornáveis e pediu “no permita mas embaraços que tan danosos pueden ser para el servicio de Su Majestad [...] y quedo deseando nuevas de que Vuestra Señoria este ya para hacerse vela”.²⁴

Essa correspondência demonstra que, mesmo após anos de preparo, a armada estava longe do nível de organização desejado. De acordo com o conde da Torre, faltavam elementos fundamentais, a saber: 1.900 pipas de água, 152 pipas de vinagre, 7.735 quintais de farinha, 2.278 pipas de vinho, 5.515 homens da gente do mar e 3.177 homens para a gente da guerra.²⁵ Desse modo, faltando quatro meses para a saída da armada, o número de homens e víveres essenciais em falta era elevado e essa situação de carência era agravada pelo estabelecimento efetivo do inimigo (diferindo de 1624), que já contava oito anos, bem como instruções que indicavam a necessidade de resgate não apenas das capitânicas do Norte. O conde da Torre foi orientado a enviar uma embarcação para a Bahia em busca de notícias antes do desembarque e deveria efetivar o seu resgate de modo prioritário caso a capital do Estado do Brasil estivesse sob o jugo holandês, afinal “a Bahia é o que mais convém recuperar pelas conveniências que disso resultam”.²⁶

A liderança daquela armada operada por alguém que nunca havia pousado os pés no Estado do Brasil seria equilibrada pela presença de homens experimentados naquelas terras. Em sua carta de nomeação, o conde da Torre foi informado sobre quais oficiais lhe fariam companhia e aqueles que deveriam aconselhá-lo. Faziam parte desse seletivo grupo o capitão da artilharia, D. Vasco de Mascarenhas – conde de Óbidos –, do Conselho de Guerra e Conselho de Sua Majestade; o general da cavalaria – D. Francisco de Moura²⁷ – do Conselho de Estado de Sua Majestade; o mestre de campo general, D. Philippe de Moura; o general da armada castelhana, Don Juan Vega Bazan; e o general da armada de Portugal, Francisco de Melo de Castro (substituído após o seu falecimento por D. Rodrigo Lobo).²⁸

Na missiva, o monarca destacou a importância de dois de seus acompanhantes: D. Francisco de Moura e o conde de Óbidos. O primeiro foi governador interino do

23 CCT, v. 2, p. 35-36, 10/05/1638. No mesmo dia, o conde da Torre enviou uma carta mais longa e detalhada para a princesa Margarida de Mântua na qual deixava claro seu desconsolo sobre o estado das embarcações e provimentos da armada e suplicava a ela que fizesse uma reflexão sobre o assunto. CCT, v. 2, p. 37-39, 10/05/1638.

24 CCT, v. 2, p. 36, 28/05/1638.

25 CCT, v. 2, p. 47-51, 05/05/1638.

26 CCT, v. 2, p. 13-19, 21/07/1638.

27 Dom Francisco de Moura era filho de Alexandre de Moura, que fora capitão de Pernambuco por muito tempo e conquistador do Maranhão. Marques, *L'invention du Brésil*, p. 349-372.

28 CCT, v. 2, p. 13-19, 21/07/1638.

Estado do Brasil logo após a reconquista de Salvador, entre 1625 e a chegada do novo governador em 1627. Possuía, portanto, larga experiência nas coisas da guerra e do Brasil e, por isso, o rei recomendava que, em tudo o que fosse possível, se ajustasse com seu parecer e o tivesse sempre em companhia. O segundo oficial, o conde de Óbidos, tinha sido cotado em 1635 para liderar aquela armada e seria o substituto do conde da Torre no governo do Estado do Brasil quando este partisse com a armada para atacar Pernambuco.²⁹ Assim como Moura, o conde de Óbidos também tinha conhecimento da guerra no Estado do Brasil, pois ocupou o posto de mestre de campo entre 1626 e 1634, quando conviveu com Moura na cidade da Bahia.

Para resolver os eventuais problemas que surgissem durante a viagem, deveriam ser formadas juntas (reuniões de aconselhamento) compostas por essas autoridades – “pessoas que se declaram na instrução com que vos haveis de aconselhar”.³⁰ As juntas, que poderiam tratar sobre assuntos diversos, em suas primeiras edições trataram de temas relacionados com a organização e o suprimento da estrutura militar. Durante a viagem (antes da parada em Cabo Verde), decidiu-se, por exemplo, sobre o envio de uma caravela para a Ilha de Maio a fim de saber a quantidade de artilharia que possuía.³¹

A criação de juntas foi inserida paulatinamente no cotidiano da administração do reino de Portugal e seu império a partir do princípio do século XVII. Esse novo modo de governar parecia ser reflexo da interferência do modelo castelhano – uma forma de institucionalização da ação política da monarquia luso-espanhola que propunha a execução mais rápida e autorizada para processos decisórios diversos.³² Para além de ser um reflexo/consequência do modelo burocrático-castelhano, é válido supor que a obrigaçã de aconselhamento era também uma maneira do monarca controlar melhor a ação do general daquela armada, que não tinha sido a sua primeira nem segunda opção de liderança, mas a quarta e que tampouco tinha experiência no Estado do Brasil.

Dadas todas as instruções, lançaram-se ao mar, em 8 de setembro de 1638, 23 embarcações portuguesas (mal apetrechadas), tendo partido sem a companhia de suas

29 CCT, v. 2, p. 13-22, 21/07/1638. Embora o ofício de governador interino do Estado do Brasil tivesse sido dado inicialmente a D. Francisco de Moura que já tinha governado interinamente o Estado do Brasil após a vitória da Jornada dos Vassalos em 1625, foi transferido para o conde de Óbidos. A experiência de Moura foi apresentada como justificativa pelo monarca para que ele não se ausentasse da armada de resgate a Pernambuco.

30 CCT, v. 1, p. 67-72, 14/09/1638

31 CCT, v. 2, p. 155-158, 01/11/1638.

32 São exemplos disso as juntas criadas em 1606-1607 e 1610 para a reforma do Conselho de Portugal; em 1615 que tratava da redução dos juros; em 1628 sobre a instalação para da Companhia de Comércio; em 1631, renda fixa; e em 1637, as referidas juntas para a organização das armadas de socorro ao Brasil, entre outras. Antônio Manuel Hespanha, “O governo dos Áustrias e a modernização da constituição política portuguesa”. *Penélope: fazer e desfazer a história*, Lisboa, n. 2, 1989, nota 18, p. 69.

15 consortes castelhanas, que permaneceram em Lisboa em virtude de atrasos em seus preparativos. No dia 16 de outubro, pouco mais de um mês após a saída de Lisboa, a armada aportou na Ilha de Santiago, no arquipélago do Cabo Verde, em razão de uma infecção generalizada, resultado da contaminação da água e alimentos que acarretou uma baixa de cerca de 1.100 homens.³³ A partir desse acontecimento, as juntas decisórias se tornariam mais frequentes.

A armada não tinha medicamentos nem dinheiro para acudir os enfermos, e o conde da Torre esperava contar com a solidariedade do novo governador de Cabo Verde que viera com ele na armada, Jeronimo Cavalcanti de Albuquerque. Entretanto, diferindo do que previa, não houve aprovação da proposta de reservar o vinho e as mercancias da Ilha de Santiago para custear a ração e remédio dos enfermos.³⁴ O tratamento dos doentes era um problema da maior importância e sobre ele escreveram alguns dos conselheiros daquela esquadra. Em carta de 23 de outubro de 1638, o conde de Óbidos alertou sobre a necessidade de se acudir sem demora os enfermos, justificando que “sem soldados não há armada” e assim não seria possível atingir os objetivos do rei.³⁵ Surgiu, então, a polêmica sobre como ocorreria esse socorro. Francisco de Melo Castro (general da armada portuguesa) afirmou ser necessário recorrer à Fazenda Real, vendendo-se alguma coisa para se conseguir socorrer os necessitados. O conde de Óbidos e D. Francisco de Moura concordaram e este último sugeriu que se vendessem pipas de vinho e azeite da Coroa para acudir os doentes, uma vez que os soldados não possuíam dinheiro para isso.³⁶

Anos antes, em dezembro de 1625, quando ocupava interinamente o governo do Estado do Brasil, Moura já tinha feito uso da Fazenda Real para resolver uma situação emergencial. Naquela circunstância, tinha recorrido ao dinheiro dos direitos dos escravizados de Angola para o pagamento do sustento do presídio em razão da ausência de outros meios financeiros.³⁷ Por conta de sua experiência no Estado do Brasil, Moura compreendia que os apoios prometidos pela Coroa para a manutenção daquele território nem sempre se concretizavam e, quando vinham, chegavam com grande atraso. Esta também parecia ser a percepção de outros conselheiros.

Apesar dos votos em favor da utilização de recursos da Coroa, o conde da Torre era de opinião contrária e decidiu que cada soldado deveria retirar um quartilho de vinho de sua ração a partir daquele momento, para que tratassem dos doentes com

33 Valladares, “Las dos guerras”, p. 34-37.

34 *Ibid.*, p. 54.

35 CCT, v. 1, p. 144-145, 23/10/1638.

36 CCT, v. 1, p. 146-148, 23/10/1638.

37 Documentos Históricos (DH), v. 15, p. 3-5, 23/12/1625.

o dinheiro da venda dos vinhos.³⁸ Ou seja, o que se viu foi um autofinanciamento dos enfermos para pagar seus tratamentos, além do descumprimento por parte do conde da Torre das instruções recebidas pelo monarca de decidir conjuntamente com sujeitos mais experimentados.

Embora os conselheiros tenham acatado a deliberação do general de mar e terra a respeito do financiamento do tratamento dos soldados, essa decisão do conde da Torre de “sacrificar” a tripulação doente, obrigando-a ao autossustento, pode ter transmitido a ideia de que aquela autoridade seria capaz de desamparar os seus subordinados. Identificamos esse momento como o princípio de um ponto de viragem em relação à tomada de decisões consensuais operadas até então. É verdade que o número de encontros realizados pela junta foi pequeno, mas a desconsideração da opinião dos conselheiros, ao tratar de um tema que implicava risco de morte de vassalos empenhados na reconquista do Nordeste, traz aspectos simbólicos que devem ser demarcados e possivelmente identificados como influenciadores do comportamento dos conselheiros. Nessa nova circunstância de emergência, observou-se não apenas o incremento do número de reuniões, mas também o aumento das dissidências em relação às resoluções do conde governador. Uma vez de volta ao mar, os pontos de discordância incidiram sobre diversos assuntos, como as rotas de navegação traçadas pelo governador-geral e capitão de mar e terra, a disputa por médicos e confesores que transitavam entre as embarcações, entre outros temas.³⁹

Tão logo se mostrou mais grave o problema da contaminação, bem como o risco de perda de algumas naus e chegada de notícias de que as forças holandesas eram muito superiores à daquela armada, uma parada para reorganização dela tornou-se assunto de pauta e, nesse caso, decidiu-se consensualmente atracar na cidade da Bahia.⁴⁰

Parada em Salvador

A armada chegou a Salvador em 18 de janeiro de 1639 (quatro meses depois da saída de Lisboa) e o conde da Torre tomou posse do governo-geral dois dias depois. Logo após a chegada, constatou o estado de abandono em que se encontrava a Bahia, que, nas suas palavras, não oferecia qualquer resistência para o invasor, que facilmente poderia roubá-la e ao seu recôncavo.⁴¹ A descrição do conde governador dá a entender que

38 CCT, v. 1, p. 154-155, 26/10/1638 e 28/10/1638.

39 CCT, v. 1, p. 141-158, 23, 25, 26 e 28/10/1638; 02/11/638. CCT, v. 4, p. 97-99, 17/12/1638; p. 240-241, s/d; p. 316-317, 17/12/1638; p.168, 03/01/1639.

40 CCT, v. 4, p. 215-216, 02/12/1639.

41 CCT, v. 1, p. 241-245, 07/02/1639.

pouco ou nada tinha mudado desde a invasão holandesa de 1624, quando a cidade de Salvador caiu sob o domínio neerlandês em menos de 24 horas.⁴²

Parece exagerada essa afirmação de abandono, pois em 1638 os holandeses foram derrotados da tentativa de tomar a Bahia de Todos os Santos.⁴³ Além disso, desde o ano de 1625, quando da chegada da Jornada dos Vassalos para restaurar Salvador do domínio neerlandês, ficou estacionada nesta cidade a primeira tropa regular do Estado do Brasil comandada pelo conde de Óbidos e que no ano de 1629 contava com 887 homens.⁴⁴ Ao carregar nas tintas a má situação em que se encontrava a capital do Estado do Brasil, o conde da Torre poderia ter como objetivo potencializar vitórias e melhorias empreendidas em seu governo ou reduzir o peso de eventuais fracassos.

É verdade, porém, que a presença de soldados promoveu impacto significativo no cotidiano e bem-estar da cidade, obrigada a alimentar, vestir, pagar os soldos e proporcionar-lhes alojamento.⁴⁵ Essa situação foi agravada após a chegada da armada do conde da Torre, que ampliou o número de soldados que precisavam de moradia e multiplicou as queixas daqueles que foram obrigados a ceder suas casas para dar-lhes abrigo. Uma carta que solicitava a concessão de uma mercê escrita pelo padre Manoel Rodrigues é bastante ilustrativa do caso. A fim de demonstrar merecimento, o religioso relembra como serviu prontamente à monarquia ao conceder uma casa de sua propriedade para dar moradia ao capelão-mor da armada do conde da Torre e outras duas para alojarem os doentes da tripulação, das quais não se pagou aluguel ao longo dos 10 meses em que foram ocupadas.⁴⁶

A presença de tantos soldados sempre mal pagos e mal alimentados na cidade provocava grande incômodo da população que vivia à mercê do seu humor em iminente risco de revolta. A experiência vivenciada em um episódio ocorrido em 1625 aumentava o medo sentido pela população civil. Primeiros a entrar após a rendição holandesa, os castelhanos saquearam o que tinha restado na cidade de Salvador. Segundo

42 Ricardo Henrique Behrens, *Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625*. Salvador: Editora Pontocom, 2013.

43 “Relação por meio breve e verdadeira dos sucessos que houve nesta Bahia em o cerco que lhe pôs o Conde de Nassau”. In: Marcos Galindo (org.), *Episódios baianos: documentos para história do período holandês na Bahia*. Recife: Néctar, 2010.

44 Biblioteca da Ajuda (BA). 22/06/1629, 49-X-10, fls. 136-137.

45 Pedro Puntoni, “O conchavo da farinha: espacialização do sistema econômico e o governo geral na Bahia do século XVII”. In: Pedro Puntoni, *O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial – 1548-1700*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 147-170.

46 O padre Manoel Rodrigues pede a mercê do cargo de capelão do terço que está de guarnição na Bahia como recompensa por serviços previamente prestados. AHU-CU, Luísa da Fonseca, cx. 11, doc. 1310/1311, 29/10/1648.

Frei Vicente do Salvador, “o que haviam deixado os inimigos lhe levaram os amigos”.⁴⁷ No ano de 1638, inquietos com o atraso do pagamento, o terço decidiu lançar um ultimato à câmara, ameaçando que, se não fossem pagos os vencimentos atrasados em 48 horas, a cidade seria saqueada e os camaristas executados. A situação foi solucionada com a concessão de um empréstimo realizado pelos moradores da cidade.⁴⁸ No ano seguinte, a chegada do conde da Torre com elevado contingente de soldados (muitos desses enfermos) potencializava aquele quadro e eventualmente associaria a imagem do governador e general de mar e terra àquela situação de tensão. Quiçá com o intuito de “acalmar os ânimos”, o Padre Vieira não se furtaria a exaltar a importância desses sujeitos no *Sermão da Santa Cruz* proferido na “festa dos soldados” no ano de 1638, pouco antes da chegada da armada do conde da Torre em Salvador.

Com estas armas, pois, se armem, e nestas armas ponham toda confiança os nossos valorosos soldados, e se fiarem também das que são próprias do braço português, fiem-se mais das cruces que dos fios de espada [...] A praça mais forte e mais bem presidiada que nunca houve nem haverá foi o paraíso terreal, depois de lançado dele Adão, porque estava guarnecida de querubins, soldados imortais [...].⁴⁹

Se para os bolsos da cidade de Salvador os soldados figuravam em quantidade exagerada, para o conde da Torre estes eram insuficientes. Após visitar armazéns e o presídio para fazer um levantamento do número de soldados, pólvora e de tudo o mais que estes continham, lamentou ter encontrado apenas seis terços com 2.398 soldados efetivos, dos quais 98 encontravam-se doentes, 128 em campanha e 530 dentre os quais constavam moleques de 12 a 17 anos de idade e “negrinhos”. Contou ainda 291 índios liderados por D. Antônio Felipe Camarão, dos quais 22 estavam enfermos e 16 em campanha com 67 oficiais.⁵⁰ Feito este balanço, concluiu que, para a defesa da cidade, era preciso deixar no mínimo 1.500 homens, lembrando a importância da preservação da capital do Estado do Brasil.⁵¹ Para a armada, seriam necessários ao menos 3 ou 4 mil homens. Isso significava que, após tantas perdas durante a viagem (cerca de 1.100 mortes), era indispensável fazer

47 Vicente do Salvador, frei. *História do Brasil: 1500-1627*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

48 Puntoni. “O conchavo da farinha”, p. 154-156.

49 Antônio Vieira, padre. “Sermão da Santa Cruz”. In: Antônio Vieira, padre. *Sermões do Padre Vieira*,. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1690. v. 6. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4572>. Acesso em: 1 mar. 2021.

50 CCT, v. 1, p. 241-245, 07/02/1639.

51 CCT, v. 2, p. 13-19, 21/07/1638.

um recrutamento do máximo de homens que se pudesse encontrar para além do recolhimento e reparo de armas, enquanto se esperava também socorro do reino.⁵²

Abastecimento de alimentos e peças de artilharia, recrutamento e conserto das embarcações foram os três problemas centrais enfrentados. Realizou-se uma junta no dia 7 de fevereiro de 1639 que estabeleceu a ida para Ilhéus, Boipeba e Camamu a fim de comprar farinha para seis meses (se possível), bem como pescado seco. A “ração” das tropas baseava-se quase exclusivamente em farinha de mandioca, o que lhe rendeu o apelido de farinha de munição ou farinha de guerra. Para suprir essa necessidade, observou-se ainda a determinação de substituição do cultivo de tabaco pelo de mandioca. Operava-se, desse modo, uma medida emergencial que ia além do já observado estabelecimento de impostos como a vintena, o dízimo do tabaco, da aguardente e mais gêneros da terra, que certamente promoveriam grande descontentamento.⁵³

Em 22 de fevereiro de 1639, foi realizada uma junta na qual se impôs a “caça” de mantimentos nas capitânicas do sul e o envio de navios a Buenos Aires, ao mesmo tempo em que se cuidou do apresto da armada e da busca de gente para compô-la. Tudo isso com a maior brevidade para que se pudesse sair o quanto antes. Dessa maneira, os oficiais foram orientados a afastar-se da capital para desempenhar as suas funções, com exceção de D. Francisco de Moura, que deveria manter-se ao lado do governador, pois, segundo o conde da Torre, sua presença era imprescindível para o serviço do rei.⁵⁴

Das referidas tarefas, coube ao conde de Óbidos – como capitão general da artilharia – o conserto das embarcações, provimento de peças de artilharia e alistamento e recrutamento para a guerra, tarefa que deveria ser feita por todo o recôncavo para formar os terços.⁵⁵ A dificuldade para recrutar homens era geral, não apenas desse lado de cá do Atlântico, mas no reino e em outras partes do império. Abundam nesse período documentos sobre o seu dificultoso processo do qual eram recorrentes os casos de fuga. Como tentativa de coibir deserções, adotou-se o uso de “fianças” que obrigavam cada alistado a ter um fiador que seria responsabilizado em caso de fuga ou deserção. Sua punição poderia variar entre o pagamento de uma multa, ser preso ou ainda substituir o desertor. Apesar desse sistema, as fugas foram constantes e muitas vezes os

52 CCT, v. 1, p. 241-245, 07/02/1639.

53 Puntoni, “O conchavo da farinha”, p. 157.

54 CCT, v. 2, p. 173-175, 07/02/1639. Ainda sobre o abastecimento da armada, outra junta determinou que fossem a Buenos Aires por se ter notícia de que ali “se poderiam achar os bastimentos necessários se aprestarem alguns navios capazes de irem aqulle porto”. Pretendiam buscar sal e panos de linho. CCT, v. 2, p. 181-183, 14/02/1639.

55 CCT, v. 2, p. 188, 17/02/1639.

oficiais responsáveis pelo recrutamento reclamavam da ausência de severidade na punição, apontando-a como um fator que dificultava o exercício daquele ofício.⁵⁶

No caso da Bahia, o recrutamento tornou-se especialmente difícil após o ano de 1625, quando a chegada de tropas regulares para a defesa de Salvador deslocou um grande contingente de homens para o abastecimento de alimentos, reduzindo o número de indivíduos disponíveis para o exército. Desse modo, diferentemente do que previu o governador, que se fiava no conde de Óbidos e no mestre de campo Luis Barbalho Bezerra para arregimentar homens em Salvador e seu recôncavo, o resultado foi insignificante, pois reuniu apenas 60 homens, extraídos dos retirantes pernambucanos que se encontravam no recôncavo.⁵⁷ A estratégia usada para esse alistamento foi o estabelecimento de uma ordem assinada pelo conde da Torre que determinava que toda pessoa, de qualquer condição, que estivesse morando dentro ou fora da cidade, vinda das capitanias do Norte, deveria apresentar-se no período de oito dias.⁵⁸ Tal convocatória, todavia, não parece ter surtido o efeito desejado e precisou ser repetida algumas vezes, aumentando inclusive o prazo de apresentação.⁵⁹

O provimento de artilharia não encontrava solução, e o conde da Torre trocou várias cartas com o conde de Óbidos, solicitando prontidão na entrega da lista da artilharia necessária e que colocasse o exército para trabalhar nas fortificações das praças.⁶⁰ Sobre os atrasos, Óbidos justificava que não costuma acomodar-se a dificuldades, mas a “facilitar todos os inconvenientes [...] [no entanto, reitera que] nada disso se pode obrar sem dinheiro, que é o que me toca, e a falta dele é a causa de não haver começado a trabalhar na ferragem dos reparos”. Afirmava que seu poder não é suficiente para obrigar os oficiais a trabalhos sem assegurar pagamentos e que apenas a autoridade do governador poderia fazê-lo, mesmo que não se conseguisse a quantidade de dinheiro ideal.⁶¹

56 AHU-CU, Luísa da Fonseca, cx. 7, doc. 761. Requerimento do Capitão João Guedes que levantou gente na Beira, Trás-os-Montes e Entre Douro e Minho e lhe fugiu muita gente, 11/01/1638. Fernando Dores Costa, *Insubmissão: Aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*. Lisboa: ICS, 2010.

57 Wolfgang Lenk, *Guerra e pacto colonial: exército, fiscalidade e administração colonial da Bahia. (1624-1654)*. 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009, p. 80.

58 Acerca da migração de pessoas fugidas das capitanias do norte para a Bahia, ver: José Antônio Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e cultura do norte do Brasil*. Recife: Topbooks, 2007. CCT, v. 3, p. 16, 11/02/1639.

59 CCT, v. 3, p. 196, 24/07/1639.

60 CCT, v. 2, p. 270-279, 25/04/1639 a 05/05/1639.

61 CCT, v. 2, p. 287-288, 05/05/1630. Embora o documento indique a data de 1630, o contexto nos permite afirmar que o documento foi escrito em 1639.

A partir da leitura de uma carta do conde de Óbidos de 3 de junho, é possível inferir que pouco havia mudado desde a escrita da carta anterior no que tange ao apresto da armada, afinal “nada se pode obrar sem dinheiro”. A respeito das armas que se encontravam com os capitães, pediu que o governador cobrasse a sua entrega, pois não tinha mais alternativa “nesse particular que recorrer a vossa senhoria como quem pode obrigá-los”. Nota-se que, a todo tempo, o conde de Óbidos afirma a necessidade de uso da autoridade do governador para efetivar o seu mando.⁶² É válido lembrar que, em sua experiência prévia como mestre de campo (entre os anos de 1626 e 1634), ele era o braço direito do governador Diogo Luís Oliveira e respaldava suas ações na autoridade dele.⁶³

Em resposta a essa carta do general da artilharia, o governador, após assinalar o pouco dinheiro que tinha, disse que, para solucionar a questão, convinha que agissem “com destreza e manha, pagando-se alguma destas coisas em roupa e outras se tomando sobre crédito”.⁶⁴ No mesmo dia enviou cartas ao provedor-mor e ao capitão da armada, ordenando-lhes que dessem crédito ao conde de Óbidos e lhes entregassem as armas dos soldados que morreram.⁶⁵

A partir do mês de junho, encontra-se uma lacuna na documentação que inviabiliza a compreensão acerca da conclusão do apresto da armada que finalmente zarpou de Salvador em novembro. Contudo, o quadro de crise vivido pela Bahia desde a invasão holandesa de 1624, bem como as dificuldades financeiras, de recrutamento e de plantio de mandioca, dá margem a pensar que, assim como tinha ocorrido em setembro de 1638, quando a expedição saiu de Lisboa, a armada não ia bem apetrechada.

Ao longo dos 10 meses em que permaneceu na capital do Estado do Brasil para organização da frota, o conde da Torre escreveu duas vezes ao rei para falar sobre o conde de Óbidos. A primeira vez foi em 10 de março de 1639 (dois meses após a chegada em Salvador), quando relatou que ele foi escolhido para levantar gente em todas as freguesias vizinhas, por ter conhecimento antigo daquela capitania e ser de aceitação geral dos moradores: “Pareceu que com sua presença se faria melhor, assim o tempo vai mostrando”.⁶⁶

Todavia, oito meses depois, sua opinião mudou de modo radical. Em nova carta datada de novembro de 1639 – quando a armada já estava em alto mar em direção a Pernambuco, para onde tinha partido com 87 velas e cerca de 10 mil homens –,

62 CCT, v. 2, p. 291-293, 03/05/1639.

63 Érica Lôpo de Araújo, *A arte de mandar: trajetória de um nobre português a serviço do império: Bahia, Portugal, Goa, século XVII*. Salvador: Edufba, 2019, p. 79-92.

64 CCT, v. 2, p. 294-295, 03/06/1639.

65 CCT, v. 2, p. 295-296, 03/06/1639.

66 CCT, v. 1, p. 355-356, s/d.

escreveu ao rei com o objetivo de relatar a ação de alguns oficiais, como também informar o monarca sobre aquilo que não foi feito. Na missiva, desqualificava o conde de Óbidos que não teria cumprido suas funções por estar mais preocupado com “seus perfumes e águas cheirosas” e em trazer sempre chapéu de sol pelas ruas da Bahia, para não se queimar. De acordo com a missiva, o conde de Óbidos, juntamente com D. Francisco de Moura, “mais me serviram de embaraço que de ajudadores”. Disse que, como general da artilharia, o conde de Óbidos nunca o viu nem o ajudou em nada. E sobre a armada “muito desejaram ambos que esta não fizesse, porque tão tímidos dois homens eu os não vi”. A carta dizia que o conde de Óbidos jamais participaria da jornada pelo fato de ser muito medroso e, permanecendo na Bahia, pediu que ficasse com ele um elevado número de homens (mais de mil soldados), para além das companhias de ordenança.⁶⁷

As críticas do governador não foram dirigidas apenas ao conde de Óbidos, mas a quase todos os oficiais maiores enviados para ajudá-lo naquela armada. A respeito de D. Francisco de Moura, disse que esse se despertava sempre ao meio-dia e não possuía “ação de homem” mais do que a aparência, sendo fácil enganar-se à primeira vista, como tinha acontecido com ele próprio. Para aquela campanha, conforme o conde da Torre, ia D. Francisco de Moura sozinho, deixando seu filho em Salvador com as tias, que, aliás, estavam sempre em companhia de ambos, com quem faziam novenas. Aproveitou a ocasião para fazer críticas também a D. Rodrigo Lobo e D. João da Veiga que, assim como o conde de Óbidos e D. Francisco de Moura, estavam sempre juntos. Mas justificava serem esses dois cunhados. Dizia ainda que D. Rodrigo Lobo vivia amancebado, enquanto D. João da Veiga fizera de tudo para impossibilitar a partida da armada. Defendeu apenas Francisco Dias Pimenta, que diz ter sido de grande préstimo. De tal modo, procurava mostrar que trabalhara praticamente sozinho para tornar possível a saída daquela armada e por isso tinha a cara tostada do rigor do sol, pois nem mesmo nos dias em que esteve enfermo deixou de trabalhar a serviço da armada e de Sua Majestade.⁶⁸

Contrariando o julgamento do conde da Torre acerca do trabalho desempenhado pelos oficiais que o acompanhavam, observamos uma carta escrita por Gonçalo Pinto de Freitas, escrivão da fazenda, em 28 de setembro de 1639, que faz uma espécie de resumo dos acontecimentos vivenciados desde o mês de janeiro, quando a armada chegou a Salvador. Nesta, elogia o trabalho desempenhado pelo conde de Óbidos, “pessoa de tanta autoridade e zelo” que se ocupou do levantamento de

67 CCT, v. 1, p. 427-430. A carta data de 26/11/1639, embora uma primeira versão tenha sido enviada em 24/11/1639.

68 Ibid.

homens para a composição da armada, juntamente com o mestre de campo Luís Barbalho Bezerra e não deixou de exaltar o trabalho desempenhado por D. Francisco de Moura que foi pessoalmente às ilhas de Boipeba, Camamu e Ilhéus em busca de farinha, pescado e legumes.⁶⁹

Dentre as interpretações possíveis acerca das denúncias realizadas pelo conde da Torre sobre quase todos os oficiais que o acompanharam, é possível pensar duas finalidades centrais. A primeira visava enaltecer o seu próprio empenho em meio a tantas adversidades para a organização daquela armada que demorara tantos anos a se efetivar e que no ano anterior precisou vencer as dificuldades vivenciadas pela cidade da Bahia para se concretizar. A segunda teria o objetivo de corromper a imagem de um inimigo de longa data, como será demonstrado a seguir, sem que fosse notória a sua intencionalidade, o que seria concretizado através de uma crítica generalizada.

De todo modo, essa carta parecia antever a grande catástrofe que se aproximava. O plano de ocupar o porto de Nazaré no Cabo de Santo Agostinho com metade da tropa, enquanto as forças de resistência agiriam do interior em direção ao litoral para cercar o inimigo por todos os lados, fracassou. Más condições marítimas o obrigaram a afastar-se de seus planos iniciais de invasão e o comandante da armada só conseguiu chegar com grande atraso no Cabo de São Roque (Rio Grande do Norte), pois os holandeses o esperavam em grande número e muito bem armados na altura da Ilha de Itamaracá. Entre os dias 12 e 17 de janeiro de 1640, aconteceram encontros desfavoráveis para o conde da Torre, que ordenou o retorno para a Bahia quando só tinha desembarcado cerca de 1300 a 1400 homens. E assim se deu a derrota da sua armada.⁷⁰

Pouco se sabe acerca do curtíssimo período de governo interino do conde de Óbidos (de novembro de 1639 ao princípio de fevereiro de 1640), apenas se tem vagas notícias através dos relatos do conde da Torre.⁷¹ Tão logo do seu regresso a Salvador, retornou o conde de Óbidos ao reino sem ordem régia e sem dar notícia de sua viagem ao governador. Em carta escrita para o conde Duque de Olivares, o governador informou sobre a jornada oculta do conde de Óbidos, de que resultou a sua impossibilidade de informá-lo das ordens de Sua Majestade e causas que poderiam obrigá-lo a não sair daquele Estado.⁷²

69 CCT, v. 4, p. 370-376, 27/09/1639.

70 Valladares, “Las dos guerras”, p. 34-38.

71 Nas atas da câmara só há a nomeação de Óbidos para o governo interino e não documentação sobre sua ação governativa. Documentos Históricos do Arquivo Municipal, *Atas da Câmara*, v. 1 p. 427. 22 de novembro de 1639. Auto de posse que se deu a D. Vasco de Mascarenhas, conde de Óbidos.

72 CCT, v. 1, p. 449-450, 25/03/1640.

O conde da Torre escreveu a D. Francisco de Moura em 26 de março, buscando maiores informações sobre a viagem daquele que chamou de seu comparsa. Não se sabe exatamente o dia da fuga do conde de Óbidos, mas depreende-se da leitura dessa carta que tinham decorrido poucos dias. Entre outras coisas, o conde da Torre dizia que, se soubesse dos planos do conde de Óbidos de viajar para o reino, não deixaria de alertá-lo para que reconsiderasse a resolução que tomava. E caso os motivos fossem suficientes para justificar a ida deste ao reino, ele – enquanto governador geral daquele Estado – deveria de todos os modos ser comunicado.⁷³

No mesmo dia, Moura respondeu à referida missiva, dizendo que o conde de Óbidos não decidiria sobre esta viagem sem razões da maior importância como as que o conde da Torre poderia inferir de uma carta que recebeu sua e completava dizendo que seus motivos eram particulares.⁷⁴ Não sabemos a que carta Moura fazia referência, mas suspeitamos que o conde de Óbidos tivesse informado o governador sobre sua intenção de deslocar-se para o reino.

Em 25 de março de 1640, o conde da Torre escreveu também ao seu tio e presidente do Conselho de Portugal, Duque de Villahermosa, sobre a viagem do conde de Óbidos. Esta carta, além de chamar atenção pelo uso de um vocabulário mais ácido, apresenta elementos importantes para esclarecer alguns aspectos de seu relacionamento com seu substituto. Segundo o conde da Torre, não existia uma predisposição para uma relação de amizade com o conde de Óbidos, já que este “é e sempre foi meu inimigo. [...] O caso é, meu tio e meu senhor, que este cavaleiro não pode ser meu amigo porque é irmão de D. Dinis de Lencastre com quem tive tão apertadas e rotas quebras”⁷⁵

Apesar de assumir esta inimizade como razão do difícil relacionamento com o conde de Óbidos, procurou defender-se ao dizer que, no governo-geral do Estado do Brasil, procedeu sempre com grande estima com o conde de Óbidos, escolhendo-o, inclusive, para governar a praça da Bahia em sua ausência, quando saiu para socorrer Pernambuco. Esse argumento, contudo, é falso, pois o conde da Torre não possuía jurisdição para escolher o seu substituto e essa nomeação foi feita pelo rei Filipe III.⁷⁶

Na mesma missiva, o conde da Torre relatou a amizade entre D. Vasco de Mascarenhas e D. Francisco de Moura, identificando-os como “amigos de cama e mesa” e que tinha certeza de que Óbidos não iria embora sem informar a Moura de sua partida. “Porque desde que o dito (Francisco de Moura) chegou a esta terra (vindo de

73 CCT, v. 1, p. 444-445, 25/03/1640.

74 CCT, v. 1, p. 445-446, 26/03/1640.

75 CCT, v. 1, p. 456-459, XX/04/1640.

76 CCT, v. 2, p. 13-19, 21/07/1638.

Pernambuco), o Conde assistiu com ele em duas novenas que fez” e sua fuga ocorreu logo após uma delas.⁷⁷

De fato, a convivência entre D. Francisco de Moura e o conde de Óbidos era antiga, pois, como já foi relatado, quando da primeira ida deste a Salvador como mestre de campo em 1626, Moura já se encontrava na Bahia como capitão-mor da guerra do recôncavo e tinha sido nomeado governador interino do Estado do Brasil de 1625 a 1627, antes da chegada do governador Diogo Luiz Oliveira, grande aliado do conde de Óbidos. A significativa proximidade entre o conde de Óbidos e Francisco de Moura foi duradoura, sendo confirmada pelo fato de este ter escolhido o conde de Óbidos como seu testamenteiro.⁷⁸

Quatro dias depois, em 29 de março de 1640, o conde da Torre escreveu mais uma vez a seu tio, o duque de Villahermosa, fazendo novas queixas e acusações sobre o conde de Óbidos e Moura. Afirmava que aquele havia ido embora por duas razões: a primeira delas seria os rumores de uma nova campanha a Pernambuco e o medo de ser levado a exercer seu cargo de general da artilharia. A segunda razão era o fato de dever a homens de negócios grande quantidade de açúcar – incluindo o dinheiro que se emprestou do cofre dos defuntos e prata lavrada. Em resumo, teria fugido por ser medroso e devedor e completou dizendo que temia mais “as malícias” de Moura e do conde de Óbidos que os próprios holandeses, porque estes eram muito menos valentes do que supunha que fossem e que “os estimava em muito pouco valor”. Pedia ainda para livrar-se de D. Francisco de Moura e mandá-lo para onde não o visse.⁷⁹

Todas essas denúncias demonstram a incompetência do conde da Torre em separar uma divergência pessoal, oriunda de outro espaço – o reino – do cumprimento do seu ofício, como ficou claro na carta que escreveu ao seu tio – duque de Villahermosa – dizendo que jamais poderia ser amigo do conde de Óbidos, por ser inimigo de seu irmão. Essa afirmação, para além de demonstrar a transferência de um conflito cortesão para o campo da administração do império, exemplifica como as relações interpessoais poderiam prejudicar o desenvolvimento do Estado do Brasil, promovendo uma instabilidade de mando que identificamos como uma das causas primordiais para o seu fracasso.

77 CCT, v. 1, p. 450-452, 25/03/1640.

78 ANTT - Chancelaria de Afonso VI. Alvará de Renúncia de cargos. Liv. 21, p. 166. Ver também AHU- CU. Códice 44, Mic. 138, p. 247-247v., 18/04/1643.

79 CCT, v. 1, p. 452-456, 25/03/1640.

As razões do malogro

Para além de pensar uma possível falta de habilidade e sorte do conde da Torre na condução da armada de resgate a Pernambuco, alguns fatores relacionados à sua preparação e organização merecem ser lembrados e destacados. Sugerimos que sua opção por preservar as rendas da Fazenda Real – em desacordo com a opinião dos conselheiros – e por obrigar os soldados doentes a autofinanciarem o seu tratamento (em um episódio que contribuiu para levar à morte de 1.100 soldados por contaminação) pesou de modo negativo na sua relação com os oficiais que o acompanharam. Afinal, preservar a saúde dos soldados – sujeitos essenciais para a realização da guerra – deveria ser prioridade, mas não foi tratada como tal.

Uma decisão desacertada sobre tema tão importante associou-se a outros fatores relacionados com a sua autoridade, ou falta dela, e não é possível desvinculá-la do longo processo de escolha do comandante daquela armada. As indicações para a ocupação de postos eram eventualmente conhecidas na corte, e isso pode ter ocasionado uma interpretação de incerteza do monarca sobre o escolhido (que foi a quarta opção). Tudo isso sem falar na negação da concessão do almejado título de vice-rei do Estado do Brasil, que se tinha dado ao conde de Linhares, terceira opção do monarca para ocupar o posto.⁸⁰ A distinção simbólica trazida por esse título era muito importante e não deixou de ser notada pelo rei Felipe III. Ao nomear o sucessor do conde da Torre, concedeu-lhe não apenas o título de marquês de Montalvão, mas também de primeiro vice-rei do Estado do Brasil, como parte de um total de 28 mercês para ele e seus filhos.⁸¹

A autoridade do conde da Torre poderia ser ainda “diminuída” pelo fato de existirem ali “pares” seus, como o conde de Óbidos, cuja importância era tanta, que tinha sido cotado para o comando daquela armada no ano de 1635 e foi indicado pelo monarca para substituí-lo no governo e ainda como um dos seus principais conselheiros. Um ponto fundamental de divergência entre esses dois oficiais é que, enquanto o conde da Torre possuía vasta experiência no Estado da Índia, o conde de Óbidos tinha servido como mestre de campo no Estado do Brasil por oito anos (1626-1634). Ao escrever mais uma vez para seu tio duque de Villahermosa em 1640, esses argumentos foram usados para justificar seu fracasso. Afirmou: “[...] não bastaram as danadas tenções de alguns ruins vassalos que Sua Majestade me deu por conselheiros, ajudando-os muito não saber eu tanto da costa do Brasil como hoje sei [...]”.⁸² Todos esses fatores internos atuaram como aliados das frotas holandesas.

80 Valladares, “Las dos guerras”, p. 49.

81 Lorraine White, “Dom Jorge de Mascarenhas, Marquis de Montalvão (1579?-1652) and changing traditions of service in Portugal and the portuguese Empire”. *Portuguese Studies Review*, Durham, v. 12, n. 2, p. 63-83, 2005. p. 78.

82 CCT, v. 1, p. 441-444, 13/06/1640.

Logo após a chegada do conde de Óbidos a Lisboa, teve início a Guerra da Restauração portuguesa, e ele foi prontamente acionado pelo novo monarca para ajudar na tarefa de defesa da autonomia do reino de Portugal. A repercussão de sua atuação naquela armada em pouco ou nada foi lembrada de modo a comprometer o acesso a ofícios futuros. Não foram encontrados registros que tratassem sobre o assunto para além de cartas particulares escritas pelo conde da Torre e outros envolvidos no caso. Ainda em dezembro de 1640, o conde de Óbidos foi nomeado governador e capitão general do reino do Algarve e membro do Conselho de Guerra. Este foi apenas o primeiro ofício de uma longa trajetória de serviços prestados à dinastia brigantina. No reino, Óbidos foi governador de armas da província do Alentejo. No além-mar, ainda que por pouco tempo, veio a ocupar o posto máximo de vice-rei do Estado da Índia, do qual foi deposto, preso e enviado de volta ao reino na década de 1650. Voltaria à Bahia uma última vez, ostentando o almejado título de vice-rei do Estado do Brasil (1663-1667), que fora negado anos antes ao seu rival, conde da Torre. O conde de Óbidos morreu em 1678, quando ocupava o ofício de estribeiro-mor da rainha.⁸³

Já o conde da Torre foi encarcerado tão logo de sua chegada a Portugal no dia 29 de setembro, no castelo da Vila de Peniche, de onde foi encaminhado para a Torre de São Gião.⁸⁴ Contudo, tal como o conde de Óbidos, assumiu rapidamente um posto e foi reabilitado tão logo teve início a Guerra da Restauração. Sua culpa no fracasso da armada foi, por vezes, suavizada pela possível ocorrência de uma “terrível tempestade”. Na sequência de sua trajetória, o conde da Torre chegou a ser presidente do Senado da Câmara de Lisboa,⁸⁵ demonstrando que a mácula da derrota de sua armada teria sido, senão apagada, minimizada naqueles anos pós-restauração, quando o rei D. João IV precisava fazer uso de todos os nobres à sua disposição, especialmente aqueles que possuíam experiência militar. Tratava-se de um momento bastante delicado para a dinastia brigantina, quando boa parte da nobreza reinol tinha optado por manter-se fiel a Castela. Um exemplo foi D. Miguel de Noronha – conde de Linhares –, o terceiro nomeado para liderar aquela armada. Sua permanência em Espanha lhe valeu não apenas o reconhecimento de seu título, mas ainda a sua elevação a duque.⁸⁶ Em síntese, a reabilitação de nobres na década de 1640 era fundamental e

83 Lopo de Araújo, *A arte de mandar*.

84 CCT, v. 1, p. 479-481, 20/10/1640.

85 D. Antônio Caetano de Sousa, *Memórias históricas, e genealogicas dos grandes de Portugal, que contém a origem, e antiguidade de suas famílias: os Estados, e os Nomes dos que actualmente vivem, sua Árvore de Costado, as alianças das Casas, e os Escudos de Armas, que lhes competem, até o anno de 1754*. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1754, p. 114.

86 Anthony Disney, “The viceroy Count of Linhares at Goa”. In: *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Actas. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1985, p. 303-315.

sua efetivação, no caso do conde da Torre, pode ser confirmada a partir da leitura de uma obra de autoria e data desconhecidas, mas provavelmente escrita por aclamadores de D. João IV em meados da década de 1640, que traçaram perfis humorísticos sobre importantes personagens na guerra:

Sem honra vida e fazenda
 Me julguei numa prisão
 E tive com aclamação
 A vida título e renda.⁸⁷

Referências

- BEHRENS, Ricardo Henrique. *Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625*. Salvador: Pontocom, 2013.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura e representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000.
- COSTA, Fernando Soares. Governadores de Armas, mestres de campo e capitães-mores no Alentejo durante a Guerra da Restauração: inovações na administração e centros periféricos de poder. In: VILAR, Hermínia Vasconcelos; CUNHA, Mafalda Soares da; FARRICA, Fátima (coord.). *Centros periféricos de poder na Europa do Sul: (Séculos XVII-XVIII)*. Lisboa: Edições Colibri: CIDEHUS UE, 2013.
- COSTA, Fernando Soares. *Insubmissão: aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*. Lisboa: ICS, 2010.
- DAVIES, R. Trevor. *La decadencia española, 1621-1700*. Barcelona: Labor, 1969.
- DISNEY, Anthony. The viceroy Count of Linhares at Goa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA INDO-PORTUGUESA, 2., 1985, Lisboa. *Actas [...]*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1985. p. 303-315.
- Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Atas da Câmara V.1 p. 427. Auto de Posse que se deu a Dom Vasco de Mascarenhas Conde de Óbidos. 22/11/1639.
- Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Vol. 15, p. 3-5, 23/12/1625.
- GALINDO, Marcos (org.). *Episódios baianos: documentos para história do período holandês na Bahia*. Recife: Néctar, 2010.

87 Ernesto Soares (org.), "Perfis Humorísticos da Restauração". In: Congresso do Mundo Português, *Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso de História da Monarquia Dualista e Restauração*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940, v. 7, p. 422.

- HESPANHA, Antônio Manuel. O governo dos Áustrias e a modernização da constituição política portuguesa. *Penélope: fazer e desfazer a história*, Lisboa, n. 2, p. 49-73, 1989.
- HUTZ, Ana. *Homens de Nação e de Negócio: redes comerciais no Mundo Ibérico (1580-1640)*. 2014. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- IRIA, Alberto. O algarve na restauração. In: CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS, 1940, Lisboa. *Memórias do Congresso do mundo português*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940. v. 7, t. II. p. 170-174.
- LENK, Wolfgang. *Guerra e pacto colonial: exército, fiscalidade e administração colonial da Bahia (1624-1654)*. 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- LÔPO DE ARAÚJO, Érica. *A arte de mandar: trajetória de um nobre português a serviço do império: Bahia, Portugal, Goa, século XVII*. Salvador: Edufba, 2019.
- MARQUES, Guida. *L'invention du Bresil entre deux monarchies: gouvernement et pratiques politiques de l'Amerique portugaise dans l'union ibérique (1580-1640)*. 2009. Tese (Doutorado) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2009.
- MARQUES, Guida. As ressonâncias da Restauração da Bahia (1625) e a inserção da América Portuguesa na União Ibérica. In: MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago (dir.). *Governo, política e representações do poder no Portugal Habsburgo e nos territórios ultramarinos (1581-1640)*. Lisboa: CHAM, 2011. p. 121-146.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e cultura do norte do Brasil*. Recife: Topbooks, 2007.
- MURTEIRA, André. O Estado da Índia e as companhias das Índias orientais neerlandesa e inglesa no Índico ocidental, 1600-1635. In: MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago. (dir.). *Governo, política e representações do poder no Portugal Habsburgo e nos territórios ultramarinos (1581-1640)*. Lisboa: CHAM, 2011. p. 177-182.
- OLIVEIRA, Antônio de. *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1991.
- PUNTONI, Pedro. O conchavo da farinha: espacialização do sistema econômico e o governo geral na Bahia do século XVII. In: PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial – 1548-1700*. São Paulo: Alameda, 2013. p. 147-170.
- SCHWARTZ, Stuart. A jornada dos vassalos: poder real, deveres nobres e capital mercantil antes da Restauração, 1624-1640. In: SCHWARTZ, Stuart. *Da América Portuguesa ao Brasil: estudos históricos*. Lisboa: Difel. 2003.

SALVADO, João Paulo; MIRANDA, Susana Munch (ed.). *Cartas do I Conde da Torre*. Lisboa: CNCDP, 2001. 4 v.

SALVADOR, Vicente do, frei. *História do Brasil: 1500-1627*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

SOARES, Ernesto. Perfis humorísticos da restauração. In: CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS. *Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso de História da Monarquia Dualista e Restauração*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940. v. 7.

SOUSA, D. Antônio Caetano de. *Memórias históricas, e genealogicas dos grandes de Portugal, que contém a origem, e antiguidade de suas famílias: os Estados, e os Nomes dos que actualmente vivem, sua Árvores de Costado, as alianças das Casas, e os Escudos de Armas, que lhes competem, até o anno de 1754*. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1754.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português, 1500-1700: uma história política e econômica*. Lisboa: DIFEL, 1993.

VALLADARES, Rafael. *A independência de Portugal: guerra e restauração*. Lisboa: Esfera, 2006.

VALLADARES, Rafael. Las dos guerras de Pernambuco. La armada del Conde da Torre y la crisis del Portugal hispánico (1638-1641). In: SANTOS PÉREZ, José Manuel; SOUZA, George F. Cabral de (coord.). *El Desafío Holandés al Dominio Ibérico en Brasil en el Siglo XVII*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006.

VIEIRA, Antônio, padre. Sermão da Santa Cruz. In: VIEIRA, Antônio, padre. *Sermoens do P. Antonio Vieira: da Companhia do Jesu, Visitador da Provincia do Brasil, Prégador de Sua Magestade*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1690. v. 6. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4572>. Acesso em: 1 mar. 2021.

VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história, 1450-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WHITE, Lorraine. Dom Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão (1579?-1652) and changing traditions of servisse in Portugal and the portuguese Empire. *Portuguese Studies Review*, Durham, v. 12, n. 2, p. 63-83, 2005.